

ARTIGOS SOBRE O CAMPO RELIGIOSO BRASILEIRO E A RELIGIOSIDADE NA ESCOLA PÚBLICA

*Gabriela Abuhab Valente**

*Maria da Graça Jacintho Setton**¹*

Resumo: Este texto cumpre dois objetivos, o primeiro é registrar uma análise de artigos que estabelecem a interface religião e educação em periódicos das áreas da Antropologia, Educação, História e Sociologia a fim de apreender os interesses temáticos e teóricos mais pesquisados. Pretende-se também refletir sobre os ganhos que a pesquisa com periódicos pode trazer para outras pesquisas que versam sobre conjunturas em que as duas instituições, religião e escola, estejam presentes, como trouxe para a pesquisa em âmbito de mestrado “A presença da religiosidade na escola pública”. O artigo será dividido em três partes. Na primeira, far-se-á a exegese da pesquisa com os periódicos, na segunda, a pesquisa de mestrado será apresentada e, por fim, serão expostos os principais proveitos que a junção das duas pesquisas pôde resultar.

Palavras chaves: estado da arte; educação; religião; religiosidade; escola

Este texto registra uma análise de artigos que estabelecem a interface entre religião e educação em periódicos das áreas da Antropologia, Educação, História e Sociologia a fim de apreender os interesses temáticos e teóricos mais pesquisados. Esse estado-da-arte foi de suma importância para o desenvolvimento de um outro estudo em âmbito de mestrado. Assim, pretende-se também refletir sobre os ganhos que a pesquisa com periódicos pode trazer para outras pesquisas que versam sobre conjunturas em que as duas instituições, religião e escola, estejam presentes, como, de fato, trouxe para a pesquisa intitulada “A presença da religiosidade na escola pública”.

Para tanto, o artigo será dividido em três partes. Na primeira delas, far-se-á a exegese da pesquisa com os periódicos, na segunda, a pesquisa de mestrado será apresentada e, por fim, serão expostos os principais ganhos que a junção das duas pesquisas pôde resultar.

O trabalho com os artigos em periódicos

As reflexões acerca das relações entre religião e educação, ainda que significativas para o campo da sociologia da educação, parecem ser um capítulo pouco atraente para seus

¹ * Mestre pela Faculdade de Educação da USP e **Professora de Sociologia da Faculdade de Educação da USP.

pesquisadores. Tema clássico no interior da sociologia e preocupação constante entre autores consagrados como Max Weber (1991; 2004), Émile Durkheim (1991), Pierre Bourdieu (2009), entre outros, a religião perde lugar para investigações igualmente relevantes como a do currículo, formação de professores, gênero e/ou direitos humanos.

No entanto, esse tema de pesquisa pode nos revelar elementos expressivos e fundamentais do comportamento individual e coletivo da população em geral. A religião pode assumir diferentes perfis a partir da articulação com outras variáveis sociológicas como a origem social, o gênero, a etnia, bem como o local de residência e o contexto histórico. Em países como o Brasil, em que elementos culturais se misturam com elementos religiosos, é preciso investigar as formas como essas relações contribuem para a formação do sujeito, os modelos de ação e as maneiras de trabalhar e de pensar da população brasileira.

Os brasileiros vivem uma grande dinâmica religiosa. Isto é, os brasileiros circulam entre as diferentes denominações religiosas e fazem uso de elementos religiosos de forma sincrética. Assim, é possível afirmar que existe uma religiosidade bastante profunda, mesmo que seja uma religiosidade individualizada e com interesses particulares.

Pelos dados dos últimos censos pode-se afirmar que o brasileiro ainda possui uma religiosidade cristã. Mas por ser esse um assunto muito individual e carregado de simbolismo subjetivo, a religião em si é um objeto de pesquisa difícil de investigar, uma vez que pressões sociais fazem com que as pessoas de religiões minoritárias se sintam constrangidas ao assumir publicamente sua fé.

Com a finalidade de conhecer de forma mais aprofundada as disposições religiosas da população brasileira e o que tem se debatido sobre ela em âmbito acadêmico, realizou-se uma investigação com artigos publicados em revistas brasileiras Qualis A1. As áreas pesquisadas foram Educação, Antropologia, Sociologia e História e os artigos datam de 2003 a 2013, ou seja, um período de dez anos. A seleção de 149 artigos foi feita a partir das seguintes palavras chaves: religiosidade, laicidade, religião, ensino religioso, socialização religiosa e sincretismo.

As análises preliminares permitiram afirmar que em pleno século XXI, o Brasil constitui-se como um país profundamente religioso, sincrético e sobretudo plural no que concerne suas práticas. O Estado laico brasileiro não é, evidentemente, um Estado ateu, aquele que promulga que Deus não existe e proíbe manifestações religiosas, e nem antireligioso. O Estado laico brasileiro permite que cada cidadão tenha sua liberdade de expressão garantida, podendo manifestar-se de maneira religiosa ou não, uma vez que, viver em um Estado laico não torna o cidadão laico. Nessas condições, a maior parte da população e de suas instituições brasileiras cultivam uma religiosidade difusa, tácita, não explícita.

Foram pesquisadas treze revistas, sendo seis de educação, três de antropologia, três de história e três de sociologia. Portanto, a área privilegiada é a educação, sendo essa o lócus de origem das pesquisadoras. De forma geral, é possível dizer que a disciplina mais interessada sobre o tema é a antropologia, isso se evidencia com a soma de 92 artigos. No lado oposto, a disciplina de história, onde somente seis artigos foram encontrados, sendo que em uma revista pesquisada não foi encontrado nenhum artigo com as palavras chaves mencionadas.

Após a leitura dos resumos de cada artigo, eles foram divididos em quatro categorias analíticas. Cumpre salientar que as categorias criadas para a análise dos artigos não são fixas e alguns artigos poderiam pertencer a mais de uma subcategoria. Essa divisão foi uma escolha metodológica para que as análises pudessem ser realizadas.

A primeira das categorias engloba artigos que refletem sobre as muitas *Confissões Religiosas* que convivem no Brasil. Trata-se dos estudos acerca da Igreja Católica, Igrejas Evangélicas, pentecostais ou neopentecostais e outras religiões, tais como Candomblé, Kardecismo, Umbanda, Judaísmo, Pajelança e Budismo (49 artigos). O segundo grupo enquadra os textos acerca das relações entre a *Dimensão Pública e Privada das Religiões*, com artigos agrupados sob a subcategoria política e religião, globalização/pluralismo religioso e Ensino Religioso (44 artigos). Por fim, o grupo de artigos que traçam um panorama sobre *Práticas e Comportamentos Religiosos* que versam acerca das comunidades religiosas e os métodos inovadores de divulgação da fé - turismo e mídias (22 artigos). Uma última categoria denominada *Outros*, refere-se a uma série de reflexões teóricas e metodológicas esparsas e heterogêneas com 34 escritos.

No tocante a primeira categoria, “Confissões religiosas”, pode-se dizer que existe uma forte preocupação sobre o destino da religiosidade no Brasil. Os autores revelaram que a população brasileira vive uma experiência religiosa em constante tensão.

A partir desse grupo de artigos, pôde-se compreender o campo religioso brasileiro como um campo em constante adaptação e inflexão sobre as práticas contemporâneas. Isso quer dizer que o fenômeno da mundialização da cultura atravessa também as práticas religiosas institucionais e individuais registrando uma nova configuração entre os sujeitos.

Pôde-se observar também que as fronteiras entre as religiões se tornam cada vez mais fluidas, em um modelo fortemente individualizado. E, ao mesmo tempo, foi possível distinguir grupos religiosos que se ocupam de controlar seus membros.

Na segunda categoria, “Dimensão pública e privada das religiões”, pôde-se verificar que existe uma disputa entre as religiões por fiéis e também que existe uma nuance entre a fronteira religiosa da dimensão pública e da dimensão privada. Ou seja, pôde-se identificar movimentos

religiosos na sociedade civil que gostariam de conquistar espaços públicos como o Congresso Nacional ou a escola pública.

Foi possível constatar a existência de uma série de práticas enérgicas partindo de instituições ou de personalidades religiosas na esfera pública, tanto na mídia como em espaços escolares. Todos esses conflitos são muitas vezes gerados a partir da discussão a propósito do direito à diferença, do multiculturalismo ou mesmo sobre os debates sobre as políticas públicas para a saúde, como no caso do aborto e do uso de células-tronco. A controvérsia entre religião e política parece atravessar a dimensão moral e ética, e sobretudo a garantia de um Estado laico.

Assim, a segunda e a terceira categorias se misturam, uma vez que ao partir do espaço privado para o espaço público, a dinâmica religiosa é reconfigurada, afetando diretamente as práticas e o comportamento de seus membros. Sendo a terceira categoria intitulada “Práticas e comportamentos religiosos”, observou-se a religião como uma forte agência identitária, moral e política em certos grupos sociais. A visibilidade midiática e o turismo são características de uma nova maneira de proselitismo, associadas às instituições governamentais.

Como uma primeira conclusão, tem-se que é preciso ter mais cuidado com o uso das noções religião e religiosidade. A diferença entre elas começa a fazer parte do vocabulário de pesquisadores e de suas investigações. Na vida cotidiana, é possível dizer que a religião institucionalizada e tradicional perde espaço, enquanto uma forte religiosidade generalizada entre os brasileiros é identificada.

Mesmo se elas, religião e religiosidade, são noções que dialogam entre si profundamente, elas possuem sentidos diferentes. Um autor que auxilia na compreensão dessa distinção é Simmel (2011a; 2011b). A religiosidade é uma disposição irreduzível e fundamental da alma humana. É um aspecto simbólico, psicológico e subjetivo e que, portanto, é o conteúdo de representações. A religiosidade é o modo de ser do homem, composto por uma série de experimentações e sensações. Mesmo sendo universal, ou seja, possível de ser desenvolvida por todos os indivíduos, não são todas as pessoas que possuem a capacidade de adquirir esse conteúdo, ou estado de espírito.

A religiosidade é também um fator de socialização. Haja vista a existência de um sentimento de solidão causado pela não compreensão do mundo que é compartilhado entre as pessoas que possuem religiosidade. Quando essa força se objetiva, surge a religião, dessa forma, para Simmel (2011b), a religiosidade engendra a religião.

A religião, por sua vez, é uma forma cultural que é produto histórico-social da religiosidade. Ela formaliza e consagra os laços sociais, reforçando-os, isto é, (re)ligando os indivíduos. A religião organiza a vida coletiva de forma a dar segurança na manutenção das

relações sociais, a partir da proposição de um modo de ser, de uma categorização do mundo e da organização da experiência humana. Portanto, a religião é o aspecto estrutural da religiosidade.

Como uma segunda conclusão, por conta de uma ausência de resposta à demanda da população, as instituições religiosas abrem uma predisposição social ao individualismo religioso. Em outras palavras, segundo Martuccelli (2010), os indivíduos se veem obrigados a procurar outros suportes que respondam seus problemas sociais, existenciais e profissionais. A religiosidade mostra-se como um instrumento disponível em momentos de frustração com a não correspondência entre as ofertas e as solicitações sociais, sendo utilizada como uma estratégia para enfrentar os desafios diários, como no caso relatado a seguir.

Como última conclusão, pode-se afirmar que a interface entre educação e religião é um assunto interdisciplinar. Considerando a religião como matriz de cultura e como tal, produtora e reprodutora de disposições de *habitus*, não é possível separá-la das diferentes maneiras de pensar, agir e trabalhar. Assim, é certo dizer que o estudo da religião com outras variáveis de natureza sociológica, podem nos ajudar a revelar uma hierarquia e um controle social.

O campo da educação deve abraçar as conquistas da sociologia, da história e principalmente do vasto conhecimento produzido pela antropologia, que hoje é o campo que possui maior influência na escrita da dinâmica religiosa brasileira. Sem essas contribuições, não é possível compreender a intensa dinâmica cultural brasileira e, conseqüentemente, uma parte do campo da educação. Nesse sentido, especificamente, questiona-se sobre o processo de socialização escolar de uma população fortemente religiosa em um Estado laico.

A leitura, a análise e a síntese desse conjunto de artigos cumpriu o objetivo de compreender melhor as disposições religiosas da população brasileira. Sendo a escola uma das agências socializadoras na qual a maior parte da população circula, a partir desses dados buscou-se refletir também sobre estratégias conscientes e inconscientes de uma socialização que é atravessada por uma religiosidade profunda.

A religiosidade na escola pública – um estudo de caso

Os dados aqui apresentados fazem parte da pesquisa de mestrado intitulada “A presença da religiosidade na escola pública” (Autor, 2015). Por meio de um estudo de caso, em uma escola municipal da Região Metropolitana de São Paulo, pretendeu-se investigar um aspecto difuso da socialização escolar, a saber, a religiosidade.

Compreende-se que a escola nem sempre foi uma instituição laica, pelo contrário, suas origens como instituição são fortemente marcadas pela religiosidade da então hegemônica Igreja Católica (Dubet, 2011; Weil, 2006). Mudanças e transformações sociais foram necessárias para

que a escola chegasse ao que é hoje. Além disso, o modelo de laicidade no Brasil foi importado da França. Esse, por sua vez, passível de ser também questionado/desconstruído, em se tratando de um país cuja população é fortemente religiosa (Martuccelli, 2010; Birman, 2001).

A partir da Constituição Republicana brasileira de 1891, a escola de tradição jesuítica e religiosa se tornou uma instituição pública, dirigida pelo Estado, ao menos nos documentos oficiais (Hilsdorf, 2006, p. 61). Durante a década de 1920, houve um movimento de despolitização do campo educacional, tendo como integrantes os Pioneiros da Educação Nova. Com o Manifesto de 1932 debateu-se de forma aprofundada a questão da laicidade escolar em meio a uma disputa entre “liberais” e “católicos”. A corrente católica mostrou-se com maior poder nesse contexto histórico e a disciplina Ensino Religioso passou a fazer parte do currículo escolar a partir da Constituição de 1934 até a Constituição vigente (Andrade, 2014, p. 02).

A partir de suas análises referentes a constituição de 1988, Oliveira conclui que o Ensino Religioso continuou sendo um tema polêmico em sua definição constitucional, sendo a disciplina estabelecida como parte integrante do currículo escolar, com oferecimento obrigatório e matrícula facultativa do aluno (1989, p.21). Contudo, cada Estado brasileiro tem a responsabilidade de determinar as diretrizes para a referida disciplina.

Em São Paulo, o Conselho Estadual de Educação deliberou que o Ensino Religioso deve ser trabalhado como um tema transversal (2001). Isto é, sem que haja um horário específico para essa disciplina. Dessa forma, os professores polivalentes seriam responsáveis por tratar também do tema religioso em meio aos outros conteúdos curriculares.

A partir dessa retomada histórica e legal, questionou-se sobre como seria o currículo real (Gimeno-Sacristán, 2000), aquilo que realmente acontece na instituição escolar, caracterizado pelo que está explícito e implícito no cotidiano da escola, como gestos, palavras, relações de poder, símbolos e etc. No entanto, privilegiou-se o currículo oculto, uma vez que a religiosidade é uma dimensão subjetiva da identidade dos agentes escolares.

Se a hipótese inicial da pesquisa foi comprovada, ou seja, a religiosidade estava presente no ambiente escolar, ela não se apresentava da forma como se supunha. Pelo contrário, a religiosidade apareceu na escola de forma ainda mais difusa e ainda mais naturalizada. É certo que durante os meses de permanência na escola foi possível observar expressões de linguagem de cunho religioso, acessórios como colares com pingentes com símbolos cristãos e celebrações de festividades do folclore brasileiro, todas baseadas em elementos de uma cultura religiosa. Contudo, é preciso salientar que não havia crucifixos na sala da direção, nem uma Bíblia exposta nas mesas da secretaria.

Por outro lado, observaram-se outras evidências. Considerou-se que as expressões de linguagem utilizadas pelas professoras eram expressões empregadas não apenas por pessoas de determinada religião, mas por uma vasta gama da população brasileira, religiosa ou não. Na mesma linha de raciocínio, os acessórios corporais identificados também não foram tão expressivos e frequentes como se imaginava. Por fim, as celebrações de origem religiosa, momentos privilegiados de interação coletiva, apresentaram mais elementos tradicionais da cultura do que elementos religiosos. Três aspectos que autores já evidenciaram ser um “patrimônio cultural imaterial de origem católica” (Prandi, 2008, p.165) e que incorporados pela cultura brasileira, seriam católicos em sua origem cultural, mas não católicos em sua religiosidade.

Mas onde se encontra a religiosidade na escola? Segundo as observações do campo foi possível depreender que são os agentes sociais presentes na instituição que carregam suas experiências religiosas para dentro da escola. No entanto, pôde-se perceber uma recorrência maior da exposição das vivências religiosas das professoras, principalmente pelo fato delas possuírem uma maior autoridade nesse espaço; essas vivências são salientes, ainda que não quantificáveis a olho nu.

A religiosidade foi identificada no interior da escola como uma necessidade individual das profissionais. Em suas percepções, o transcendente garante algum alívio e força espiritual para dar continuidade às suas tarefas profissionais e cotidianas. Em várias ocasiões, especialmente quando precisavam lidar com a “falta de limites” ou com a falta de valores morais dos alunos, o uso de expressões religiosas ou a própria figura dos santos e outras divindades eram lembradas. Esses eram momentos de queixas, dúvidas ou críticas sobre a prática docente. Em outras palavras, é possível afirmar que a necessidade da religiosidade se tornava mais presente no momento de solidão institucional, profissional e pedagógica vivenciada por elas.

Vale lembrar que a questão da indisciplina, identificada como sendo a maior dificuldade a ser enfrentada na escola-campo, não era abordada a partir de estudos científicos, apesar de existir uma vasta bibliografia acadêmica acerca do tema (Aquino, 1996, 1998; Araujo, 2002; Garcia, 2009; Gotzen, 2003). Ao contrário, as docentes lançavam mão de um vocabulário religioso, faziam uso de um corpo de disposições de cultura que explicavam aquela situação pedagógica a partir de uma justificativa relativa à dimensão religiosa tal como a ausência de religiosidade que atinge, em suas percepções, um vasto grupo de brasileiros e de um sentimento de bondade e cristandade entre os alunos e seus familiares.

Ao que parece, o espaço existente para discussões pedagógicas e formação continuada de professores na escola-campo, não foram momentos privilegiados para debates profissionais. As reuniões de professores eram, em sua maioria, tomadas por discussão de informes burocráticos e

organizacionais. Lembra-se, por exemplo, que de um total de 17 reuniões pedagógicas observadas, quatorze delas semanais e três mensais, em apenas cinco houve a leitura de textos de caráter formador, embora não diretamente dirigidos às questões da sala de aula.

Nessas cinco ocasiões, textos curtos e literários foram lidos com o intuito de gerar discussões e reflexões sobre determinados assuntos como igualdade de acesso, benefícios sobre a leitura para os alunos e definição de boas situações de aprendizagem. Entretanto encontrou-se uma tímida participação por parte das professoras nesse tipo de dinâmica.

Em outro momento, percebeu-se o silenciar das professoras quando a Assistente Pedagógica pediu para que as professoras explicitassem quais formações gostariam de receber no momento da reunião pedagógica semanal. O silêncio entre as professoras chegou a ser constrangedor. Apenas uma professora se colocou dizendo que gostaria de saber mais sobre o avanço nas hipóteses de escrita. Tem-se a impressão de que a manifestação da docente ocorreu com o objetivo de fíndar o silêncio e não se trataria de um tema sobre o qual realmente gostaria de receber formação (Diário de campo, 27 de maio de 2013).

Como justificar tão pequeno engajamento? Falta de interesse pelos temas sugeridos? Certa descrença das professoras mais experientes na possibilidade de uma mudança efetiva no fazer pedagógico, devido às experiências anteriores e ao seu conhecimento do sistema de educação? Falta de confiabilidade em si e a identificação de um clima escolar não propício, já que o silêncio é modelo a ser seguido e, portanto, não arriscam dar suas opiniões? Ou seria porque nenhuma das professoras se sentia compromissada a ponto de se responsabilizar por opiniões reflexivas que pareçam ir contra as ideias estabelecidas? Ou, por fim, uma articulação de todos esses elementos?

Poder-se-ia dizer o mesmo da equipe gestora (falta de engajamento e descrença na mudança) que, por conta disso, não apostam nas mudanças, pois estas poderiam suscitar insegurança e desconforto institucional? A reprodução de tal crença escolar está presente ainda na fala da diretora ao se referir ao comportamento dos alunos, “a culpa é sempre da família” (Diário de campo, 17 de junho de 2013).

Em síntese, observou-se que escola-campo não se crê motivada para identificar e solucionar seus problemas de ordem pedagógica, apelando para outra esfera do conhecimento. O conteúdo religioso está presente na instituição, por certo, para balizar, interpretar e atenuar conflitos.

Tudo leva a crer que a religiosidade, além de ser tida como instrumento mais comum para o fortalecimento das práticas das docentes, é também uma estratégia que se encontra disponível, preenchendo uma lacuna institucional. Uma vez que a religião adentra a escola de maneiras

legitimadas (leis e decretos) e também de maneiras difusas/desviantes (troca de favores e em nome dos laços sociais) (Cunha, 2013, p.938), aloca-se de maneira insidiosa como forma de sanar questões de natureza secular. Constata-se assim um uso pedagógico do religioso.

Para ilustrar essa estratégia, a fala de uma professora que além de fazer orações diárias pedindo paciência e sabedoria para uma força transcendente, também utilizava expressões de linguagem católicas em sala de aula:

Acredito que a gente tem que ter fé (risos) muita fé (...) Eu tento me tranquilizar, acreditar que realmente uma força maior me dá suporte, sabedoria para eu estar lidando com as situações na sala, porque têm crianças de todos os jeitos, famílias de todos os jeitos, crianças que são mais agitadas, crianças que são mais carinhosas. Então você... ah, eu procuro manter a tranquilidade, e buscar... eu peço quando eu vou vindo [para a escola] para Deus me dar paciência e sabedoria para poder lidar... (Professora 1 – Entrevista em 29 de novembro de 2013)

Dessa forma, religião não cumpria apenas o papel de estabelecer uma ordem no mundo a partir de categorias de pensamento e de julgamento, mas também permitia que a professora encontrasse um ponto de apoio (Simmel, 2011b), a partir do qual renovava suas forças para o enfrentamento diário das dificuldades de sua profissão, sobretudo depois de quase trinta anos em sala de aula.

Por meio da observação participante foi possível constatar que a escola é um ambiente no qual seus agentes são possuidores de uma cultura que converge para a religiosidade, um espaço que potencializa a religião dos docentes, uma vez que existe um vazio institucional. Essa falta de suporte pedagógico institucional abriria espaço para qualquer elemento que poderia supri-lo.

Em outras palavras, o preenchimento de um vazio parece ser a forma como a religiosidade (conteúdo) se faz presente nos espaços públicos, principalmente nas escolas. Cavaliere (2006, s.p.) verifica a presença da religiosidade em escolas estaduais do Rio de Janeiro por conta de uma carência cultural e estrutural nessas instituições. Por sua vez, Andrade supõe que a presença da religião na escola tem sido justificada pela ausência

de uma discussão mais fundamentada sobre a ética, a moral, a justiça, a tolerância, a liberdade, a igualdade. A religião entra no lugar de uma discussão filosófica e sociológica sobre o fenômeno religioso e no lugar de um projeto educativo mais claro para a construção de valores éticos e morais. Inclusive, invariavelmente o discurso a favor do ensino religioso recai sobre o fato dele supostamente corroborar uma educação em valores. (Andrade, 2014, p. 06)

Nesse sentido, aquelas religiões institucionalizadas que ocupam uma posição superior na hierarquia social das religiões possuem mais recursos para que sua presença se faça sentir na escola. Neste caso, a religião cristã, possuidora majoritária de membros na sociedade brasileira, é quem exerce este papel.

Desta forma, é preciso reconhecer o quanto é importante a luta a favor da garantia do direito à laicidade na escola, uma vez que àquelas denominações religiosas com mais força social

são possuidoras de recursos e estratégias para impor, de diversas formas (pressão política, Ensino Religioso, entre outras), sua entrada na escola.

A pesquisa empírica permitiu constatar não só a presença da religiosidade na escola, mas verificou sua presença enquanto necessidade por parte das docentes; instaura-se, pois, um conflito entre o apoio ou suporte institucional oferecido pela religião/religiosidade e um corpo de saberes científicos e seculares que não alcança o chão da escola.

Como uma segunda conclusão tem-se que lutar contra a presença da religião/religiosidade na escola parece ser uma luta em vão. A religiosidade faz parte da totalidade do indivíduo, é um elemento simbólico interiorizado. Ela pode até mesmo ser considerada uma vestimenta que se põe e se retira quando necessário. No entanto, é mais comum que faça parte das experiências mais profundas do indivíduo de modo que ele nem sempre percebe que opera a partir de pontos de vistas religiosos. Isto é, a religiosidade é incorporada pelo indivíduo na atuação docente, porque o educador é um só sujeito profissional, um só sujeito religioso, sendo que as duas dimensões são integradas em um único modo de ser, pensar e agir.

Ademais, a transmissão de concepções religiosas não se dá apenas pelo discurso proselitista, mas também pelo silêncio e pela omissão das demais religiosidades. A religião é um marcador social de diferenças relevante para compressão das práticas escolares, ela delimita fronteiras entre indivíduos, pesos e entendimentos sobre as práticas de uns e de outros. Assim, o lugar da religiosidade na escola é um lugar difuso, velado, naturalizado e, portanto, é um lugar ausente.

Considerações finais

Os dois estudos apresentados revelam as marcas religiosas incorporadas pela população brasileira. Utilizadas como um instrumento individual de ação, elas podem ter influências em espaços públicos. Nesse sentido, tanto a pesquisa bibliográfica, quanto a pesquisa etnográfica facilitam o entendimento do papel da religião/religiosidade no processo de socialização do brasileiro contemporâneo.

A pesquisa com periódicos revela a existência de dois grupos que refletem sobre a interface religião e educação. O primeiro grupo ligado à área da educação possui uma visão aparentemente parcial sobre o assunto, debatendo principalmente sobre leis e a questão dos direitos no que concerne ao currículo, à disciplina Ensino Religioso e ao princípio da laicidade do Estado.

O segundo grupo de acadêmicos revela uma visão múltipla do religioso; procura conhecer e revelar identidades religiosas que são construídas em um contexto social e histórico mais amplo.

Nesse sentido, ocupa-se das formas como os indivíduos carregam uma bagagem religiosa nos vários espaços pelos quais circulam.

O grupo de pesquisadores da área de Educação, componentes do primeiro grupo identificado, aponta para a existência de uma hierarquização social entre as religiões, a qual acarreta uma dominação simbólica e, por conseguinte, uma maior facilidade de influência no ambiente escolar. Esse grupo, não leva em consideração as dinâmicas relacionais e o fato de que, como foi constatado na pesquisa de mestrado, a religiosidade se faz presente na escola independente das leis ou decretos, uma vez que ela é uma dimensão fortemente presente na identidade brasileira.

Desse modo, o trabalho com os periódicos, foi de suma importância para entender que seria preciso ter uma visão relacional do social e uma visão processual das diferentes trajetórias culturais dos indivíduos para estudar a religiosidade no espaço escolar. A partir desses entendimentos, compreendeu-se que a construção da identidade religiosa dos agentes escolares se dá de maneira dinâmica, interligada a outras instituições nas quais os indivíduos circulam (Setton, 2012).

Assim, é preciso admitir a presença da religiosidade na escola, mesmo se não existe a oferta de Ensino religioso. A partir de um individualismo religioso, os professores utilizam a religião como um apoio ou um suporte em todas as dimensões de sua vida, inclusive profissional.

Como Durkheim (2009) já dizia, a religião ou a religiosidade fazem com que os homens se sintam mais fortes. Desta forma, a religiosidade passa a ser uma boa candidata para os momentos de dificuldade na escola. Por exemplo, a oração é comum no início das aulas, a evocação de deus é frequente na correção de comportamentos dos alunos e, claro, a crença de que a indisciplina vá ser resolvida com a fé em deus. Isso tudo nos mostra que a religiosidade acaba disputando espaço com um engajamento profissional reflexivo, que dissocie valores seculares de valores religiosos.

Cumprе salientar, que a maior parte das professoras da escola estudada não revelaram ou agiram de forma proselitista, pelo contrário, criticavam o fato da religião ser considerada um *tabu* dentro das instituições escolares, uma vez que percebiam a religião como um elemento cultural. Contudo, nenhuma delas afirmou que a sua religiosidade teria uma influência forte em sua prática docente, como pode-se averiguar.

Abraçando a interdisciplinariedade e uma forma de fazer sociologia que seja relacional, processual e histórica, constata-se que a presença da religiosidade na escola é indubitável. Sua presença é velada, tácita e naturalizada (sobretudo no estado de São Paulo), portanto, não é passível de ser identificada a olho nu. É preciso se apoiar nas ferramentas que as outras áreas do

conhecimento nos disponibilizam, para compreender que o lugar da religiosidade na escola pública é, para os observadores desatentos, o lugar da ausência.

Dessa forma, seria interessante que o lócus da religiosidade na escola fosse desvelado, não apenas para que os professores tivessem maior consciência das interferências da dimensão religiosa em sua prática docente, mas também os estudantes de licenciatura. Assim, os (futuros) docentes poderiam trabalhar em prol de uma educação intercultural que proporcionasse momentos de reflexão e que correspondesse com a divulgação da tolerância como uma forma de se relacionar com o outro (Andrade, 2010, p.123, 2014, p. 14).

Referências bibliográficas

ANDRADE, Marcelo. A banalidade do mal e as possibilidades da educação moral: contribuições arendtianas. *Revista Brasileira de Educação*. V. 15, n. 43, jan/abr. 2010.

_____. A religião entra na escola. Por quê? Como? Ocupando qual lugar? Texto apresentado no *IV Colóquio Luso-Brasileiro de Sociologia da Educação*. Portugal. Junho, 2014.

AQUINO, Julio G. (org.) *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas*. Summus. São Paulo. 1996.

_____. A indisciplina e a escola atual, *Revista da Faculdade de educação*, v.24, n.2, p.181-204, jul./dez. 1998.

ARAÚJO, U. F. Disciplina, indisciplina e a complexidade do cotidiano escolar. In: OLIVEIRA. M et al (org). *Psicologia, Educação e as temáticas da vida contemporânea*. São Paulo: Moderna, 2002, p.215-232.

BIRMAN, Patricia. Conexões políticas e bricolagens religiosas: questões sobre o pentecostalismo a partir de alguns contrapontos. In: SANCHIS, P (org.). *Fiéis e Cidadãos – Percursos de Sincretismo no Brasil*. Editora UERJ. Rio de Janeiro. 2001.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

CAPITANO, Ana Maria. Gênero e crenças religiosas: sentidos da docência entre professoras do ensino fundamental I. *Tese de doutorado*. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2014.

CAVALIERE, Ana Maria. Quando o Estado pede socorro à religião. *Revista Contemporânea de Educação*. Faculdade de Educação da UFRJ. V.1, n. 2. 2006.

CUNHA, Luiz A. O sistema nacional de educação e o Ensino Religioso nas escolas públicas. *Educação & Sociedade*. Vol.34, num. 124. Jul-Set. 2013.

DUBET, François. Mutações cruzadas: a cidadania e a escola. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, maio-ago. 2011.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 2009.

GARCIA, Joe. Representação dos professores sobre indisciplina escolar. *Educação – revista do Centro de Educação UFSM*. V.34. n.2 maio/ago, 2009.

GOTZENS, Concepcion. *A disciplina escolar – prevenção e intervenção nos problemas de comportamento*. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

- GIMENO-SACRISTÁN, José. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Thomson Learning Edições, 2006.
- MARTUCCELLI, Danilo *Existen individuos en el Sul?* Santiago: LOM Ediciones, 2010.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela. A educação na nova constituição: mudar para permanecer. *Revista da Faculdade de Educação*. São Paulo, 15 (1). Jan/jun, 1989.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela; PENIN, Sonia. A educação na constituinte de 1946. *Revista da Faculdade de Educação*. São Paulo. 12 (1/2), 1986.
- PRANDI, Reginaldo. Converter indivíduos, mudar culturas. *Revista Tempo Social*. Vol.20, n2. novembro de 2008.
- SÃO PAULO (Estado). Conselho Estadual de Educação. *Deliberação CEE n. 16/2001*: regulamenta o artigo 33 da Lei n.9.394/96. São Paulo. 2001
- SETTON, Maria da Graça J. *Socialização e Cultura: ensaios teóricos*. São Paulo: Annablume, 2012.
- SIMMEL, Georg. *Religião: ensaios* Volume 1/2. São Paulo: Olho d'água, 2011a.
- _____. *Religião: ensaios* Volume 2/2. São Paulo: Olho d'água, 2011b.
- VALENTE, Gabriela. A presença da religiosidade na escola pública. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 2015.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*, Brasília, UNB, 1991.
- _____. *A ética protestante e o 'espírito' do capitalismo*. São Paulo: Companhia das letras. 2004.
- WEIL, Georges. *Historia de la Idea laica en Francia en el siglo XIX*. Editora Comunicación social. Sevilla. Zamora. 2006.